

Relatório

Primeira Parte

Nesta quinta-feira, dia 06 de outubro de 2016, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte participou da Mesa Redonda no Plenário 12 do Anexo II da Câmara dos Deputados. Na ocasião, o CBCE foi representado pelo Coordenador do Comitê Científico do GTT de Políticas Públicas, professor Pedro Athayde. A referida mesa redonda teve como objetivo discutir a segunda etapa da proposta do Plano Nacional do Desporto, no âmbito da Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto.

A mesa redonda começou com os pronunciamentos oficiais dos Deputados Danrlei de Deus Hinterholz e Evandro Roman, posteriormente teve fala o representante do Ministério do Esporte, Pedro Soutomaior, que informou que o ME está centrando seus esforços na construção de um Plano Nacional do Desporto (PND), que servirá como eixo de orientação para o Planejamento Estratégico e para o Plano Plurianual do órgão. O representante ministerial ainda destacou a importância de que o PND possibilite o aproveitamento dos legados dos Jogos Olímpicos RIO 2016, bem como a criação de diretrizes e metas que orientem as ações ministeriais. Por fim, informou que em breve deve ser convocada nova reunião do Conselho Nacional de Esporte para apresentação da proposta mais atual do PND.

Segunda Parte

Após as falas oficiais, promoveu-se a abertura de inscrições para a plenária. Foram proferidas aproximadamente 30 inscrições, com representantes dos mais distintos setores ligados direta e indiretamente ao esporte, bem como representações de outras áreas sociais, tais como: educação e saúde. Em função da pluralidade de representações presentes, foram elencados um conjunto de assuntos, dentre os quais, destacamos os temas abaixo:

- Situação atual das discussões sobre as Diretrizes Curriculares da Formação em Educação Física no âmbito do Conselho Nacional de Educação.
- Questionamento sobre a retirada da obrigatoriedade da Educação Física no Ensino Médio.
- Importância das Universidades públicas na formação profissional dos atores que atuam no campo esportivo.
- Necessidade de aproveitamento da infraestrutura dos Institutos Federais na garantia do acesso a prática esportiva, sobretudo no interior do país.
- Destacou-se a importância de maior diálogo entre o ME e órgãos da educação, saúde, assistência social, transporte, defesa e turismo.
- Promoção de ações transversais e intersetoriais entre os órgãos acima citados, além da formação de comitês intersetoriais e representativos dos diferentes setores que atuam no setor esportivo.

- Proposta de construção de uma rede (nacional de cadastro e de formação) de atendimento ao esporte, envolvendo os diferentes atores ou setores do esporte.
- Necessidade de inclusão de prazos para as metas elencadas no texto do PND.
- Avaliação da aplicação dos recursos públicos, com foco no interesse público e atentando-se para o preceito constitucional de a priorização de investimento no esporte educacional.
- Aprimorar os mecanismos de controle e governança dos recursos públicos na área do esporte.
- Evitar a concentração do investimento de recursos em determinadas regiões do país, especialmente a região Sudeste.
- Necessidade de pensar em metas e diretrizes ligadas construção de mecanismos para a captação de recursos junto às entidades privadas. O DIESPORTE demonstra ausência de investimento privado no esporte. Além disso, o investimento realizado via Lei de Incentivo ao Esporte tem priorizado a realização de eventos esportivos, ao invés do investimento em projetos sociais.
- Vinculação do PND à estruturação de um Sistema Nacional de Esporte.
- Ressalva de que as entidades de administração esportiva recebem recursos públicos de diferentes fontes, e que portanto devem atentar a uma gestão mais democrática, incluindo a participação mais efetiva de atletas e treinadores em suas eleições.
- Incorporar o entendimento de que o esporte não é apenas um ato motor, mas que a atividade física contribui para o desenvolvimento humano e transmissão de valores. A representante do Ministério da Saúde ressaltou que o esporte também deve ser visto como um elemento de prevenção e promoção da saúde.
- Destacou-se que o aumento do gasto com o esporte, inclusive com o esporte de alto rendimento, reduz os gastos necessários ao combate de problemas na área da saúde.
- Necessidade de reforçar e/ou reativar os fóruns dos gestores estaduais e municipais de esporte.
- Solicitação que o projeto de construção de novas quadras esportivas nas escolas, respeite os parâmetros de medição olímpicos.
- Unificação entre os sistemas de controle dos esportistas nas esferas escolar, universitária e profissional/olímpico.
- Solicitação de que o PND estabeleça metas mais factíveis.
- Afirmou que há muitas confederações e federações que já incorporaram atletas e clubes nas eleições, bem como aspectos de governança e administrativos.
- Destaque para o fato de que muitos atletas, após encerramento da carreira, não conseguem uma inserção social no mercado de trabalho devido à ausência de uma formação escolar.
- Importância de se levar em consideração as questões de gênero dentro da PND.
- Falta de capacitação para atendimento para as pessoas com deficiência dentro das vilas olímpicas (caso da Vila Olímpica da Maré).
- Evitar a lógica da pirâmide esportiva, tratando o esporte como direito.

- O PND tem que analisar contextos e construir ações para o objetivo único de garantir o direito da população de acesso ao esporte e lazer.

Na sua participação, o CBCE destacou o seguinte: *(i)* a importância de que o PND considere as deliberações realizadas pelas edições anteriores das Conferências Nacionais de Esporte; *(ii)* tratamento mais equânime entre as dimensões do esporte, com ênfase nas dimensões educacional e de participação possibilitando a correção de dissimetrias, sobretudo no que tange às fontes e destinação do financiamento público; *(iii)* articulação do PND à construção de um SNE, que estabelece competências e responsabilidades das esferas governamentais, bem como mediando as fronteiras e interfaces entre os interesses público e privado, priorizando as necessidades e demandas sociais em termos de esporte e lazer.

Terceira Parte

Finalizando a mesa redonda, foi aberta discussão com a plenária sobre o documento provisório do PND com o objetivo aprovar suas cinco diretrizes mais gerais. Foram realizadas novas inscrições e um conjunto de considerações, sintetizadas nas seguintes proposições:

- Construção de uma sexta diretriz para tratar de forma específica a questão do financiamento.
- Inclusão uma nova diretriz para tratar da dimensão do esporte de formação.
- Publicação, por parte do ME, dos resultados do DIESPORTE como instrumento de orientação para as diretrizes, atribuições e metas do PND.
- Ampliação das possibilidades de financiamento para além daquelas existentes, incluindo a participação da iniciativa privada.
- Participação das forças armadas no processo de construção do PND.

Neste momento final, o CBCE participou realizando os seguintes destaques: *(i)* na diretriz específica para o financiamento, estabelecer uma discussão sobre a necessidade de reverter a distribuição discrepante sinalizada pelo relatório do TCU, o qual identificou que 85% dos recursos são destinados ao esporte de alto rendimento e apenas 15% ao esporte educacional; *(ii)* na nova diretriz sobre o esporte de formação, ponderou-se a necessidade de uma visão ampliada de formação, que não se reduza a preocupação tão-somente com a formação para a prática esportiva, mas que incorpore a formação continuada para aqueles que atuam no setor esportivo e de lazer e que, especialmente, inclua também a dimensão da produção de conhecimento para as diferentes dimensões esportivas.